

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.199 - SP
(2018/0326086-5)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : FLORA MARIA BENEVENUTO
ADVOGADOS : CLÁUDIO LUIZ PEREIRA - SP082697
JOSÉ CÉSAR DE SOUSA NETO E OUTRO(S) - SP081757
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL
PROCURADORE : DOUGLAS SALES LEITE - SP185204

S

PEDRO AUGUSTO ZANON PAGLIONE E OUTRO(S) -
SP343570

VANESSA SILVA DE ALMEIDA - SP415535

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. VIOLAÇÃO AO ART. 1022, II, DO CPC/2015. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E QUE PODERIAM, EM TESE, LEVAR À REFORMA DO JULGADO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CARACTERIZADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por Flora Maria Benevenuto contra decisão proferida às e-STJ fls. 235/237, por meio da qual conheci do agravo e neguei provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 1022, II, DO CPC/2015. ERRO DE FATO SUSCITADO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

Nas razões de agravo interno, a agravante reitera as razões do recurso especial alegando que o Tribunal de origem não teria se manifestado sobre erro de fato constante da fl. 78 e que contribui para o resultado do julgamento, mesmo após a oposição dos embargos de declaração.

Ademais, sustenta que o próprio Juízo da Execução, em decisão posterior à interposição do presente recurso especial, percebeu a contradição entre o que foi determinado pela r. decisão exequenda e o documento inquinado de ideologicamente falso (fl. 78), sobretudo acerca do valor da gratificação funcional deferida, tendo

solicitado informações ao à Diretora de Recursos Humanos do Município de São José dos Campos para que informasse o valor integral recebido pela exequente quando em atividade a título de Gratificação de Magistério, identificada pelo Código 026/00, conforme decisão proferida em 12/11/18, apresentada pela agravante às e-STJ fls. 249/250.

Requer, assim, que "seja dado integral provimento ao presente agravo interno para afastar a r. decisão de fls. 235/237 e, conseqüentemente, anular o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios por omissão, determinando o retorno dos autos à origem para que o prequestionamento seja efetivamente analisado pelo Tribunal Regional, com determinação expressa de intimação do agravado (CPC/15, art. 1023, § 2º) e, sobretudo requisição de informações ao Juízo Monocrático acerca da decisão por ela proferida sobre o tema" (e-STJ fl. 248).

Impugnação ao agravo interno apresentada às e-STJ fls. 254/257.

Petição da agravante acostada às e-STJ fls. 260/264, por meio da qual requer a juntada de ofício expedido pelo Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São José dos Campos, em resposta ao pedido formulado pelo Juízo da Execução, o qual comprovaria, sem sombra de dúvida, o erro de fato alegado nos embargos de declaração e não apreciado pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Razão assiste à agravante.

Com efeito, nas razões do recurso especial a agravante alega violação ao art. 1022, II, do CPC/2015, ao argumento de que o Tribunal de origem, mesmo após provocado por embargos de declaração, "foi omissa quanto à questão fundamental suscitada: Informação inverídica inserida no documento de fl. 78, que alterou a verdade sobre fato jurídico relevante para o resultado do julgado, que foi o improvimento do agravo" (e-STJ fl. 170). Sustenta que a informação constante da fl. 78 seria equivocada, pois consta o código 40/0, referente à gratificação incorporada, no valor de R\$ 551,54, sendo que o correto deveria constar o código 26/0, gratificação de magistério, no valor de R\$ 2.624,11.

Verifica-se das razões dos embargos de declaração que a agravante aduziu que a informação constante da fl. 78 seria inverídica, estando equivocado o valor informado sobre a gratificação de magistério que deveria ser incorporada quando de sua aposentadoria. Destacam-se os seguintes trechos dos aclaratórios (e-STJ fls. 142/144):

A toda evidência (fl. 137 – Segundo Parálg.), o fato preponderante para o improvimento do presente agravo foi o documento acostado a fl. 78 dos autos.

Entretanto, apesar de emitido por autoridade competente, o documento de fl. 78 apresentou informações inverídicas, que alterou a verdade sobre fato jurídico relevante.

É que no mencionado documento constou, equivocadamente, a seguinte informação:

[...]

Vale ressaltar que a ocorrência desse lamentável equívoco só foi possível porque, conforme as fichas financeiras de 2005 e 2006 (fls. 122 e 124), a

Administração Pública pagava, concomitantemente, duas gratificações para a agravante: A primeira, a famigerada GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO (Código 026/00), objeto desse agravo; A segunda, intitulada de "GRATIFICAÇÃO LEI COMPL. 056/92", identificada pelo código 040/00, e que não se relaciona com o presente feito.

Assim, no ato de incorporação definitiva da verba deferida, ao elaborar o quadro de composição salarial bruta (fl. 78), a Administração inseriu, equivocadamente, os dados relativos à outra gratificação, quando o correto seria a GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO, identificada pelo Código 026/00, no importe de R\$ 2.624,11, lembrando que a r. decisão exequenda (fl. 66) determinara expressamente a aplicação do artigo 12, § 3º, da Lei 3.147/86, com redação que lhe fora dada pela Lei 5.303/98, dispositivo legal esse que regulamentou a gratificação do magistério, em detrimento da Lei Complementar nº 404/09 (fl. 67).

Então, a correção desse lamentável equívoco cometido pela Administração Pública é de suma importância para restabelecimento da verdade, pois, na realidade, a verba que devia ter sido incorporada era a GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO, identificada na respectiva folha de pagamento, pelo Código 026/00, no importe de R\$ 2.624,11, paga no mês de Dezembro/2005 (fl. 124), porque esse foi o último valor (cheio) percebido pela agravante sob idêntica rubrica, antes de sua aposentadoria, já que tal verba fora suprimida em Janeiro/2006, quando a servidora estava em férias (fl. 124).

Em suma, a retificação dos dados inseridos no documento acostado a fl. 78, na forma reclamada em linhas pretéritas, causará o restabelecimento da verdade, e, conseqüentemente, possui, em tese, o condão de infirmar o resultado do julgado.

[...]

Ao julgar os aclaratórios, o Tribunal de origem apenas mencionou, de forma genérica e sem a devida fundamentação, que o referido erro de fato não teria sido comprovado, deixando de analisar, por conseguinte, os argumentos apresentados nos embargos de declaração e que poderiam, em tese, levar à reforma do julgado. Destacam-se os seguintes trechos do voto condutor dos embargos (e-STJ fls.150/151):

Sem razão a embargante.

Não se verifica omissão, contradição ou obscuridade alguma, mas mero inconformismo em relação à interpretação do julgado, o que não se traduz em vício.

A alegação de ser inverídica a informação prestada pelo embargado não ficou devidamente comprovada nos autos, não podendo ser acolhida para fins de alteração do valor a ser pago a título de gratificação de magistério, não havendo, desta forma, que se falar em alteração do julgamento.

Nota-se, pois, que não houve o devido enfrentamento dos argumentos expostos nos embargos de declaração, restando caracterizada a negativa de prestação jurisdicional, razão pela qual os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para complementação do julgado, nos termos da fundamentação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015 c/c o art. 259 do RISTJ, dou provimento ao agravo interno para, em juízo de retratação, conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial, determinando-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração, nos termos da fundamentação.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

